

LEIA TAMBÉM NA INTERNET

GazetadoParaná



gazetadoparana.com.br



Publicidade Legal

Edição 11.158 // Fechamento 20h00

O jornal mais lido do estado

GazetadoParaná

R\$2,00 Fundado em 1991. Diretor: Marcos Formighieri

QUARTA-FEIRA // 21.10.2026 // Cascavel-PR

www.gazetadoparana.com.br

Projeto que muda taxas dos cartórios é adiado na Assembleia do PR

●Projeto do Tribunal de Justiça do Paraná cria novas tabelas de emolumentos e foi retirado da pauta duas vezes após pedido de vista

●A Alep voltou a interromper a tramitação do projeto de lei que estabelece novas regras para a cobrança de taxas nos cartórios do estado. Na segunda-feira (19), mesmo após um pedido formal da Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) para incluir a proposta na pauta,

DADOS

●A proposta enfrenta resistência de entidades empresariais e do agronegócio, que questionam os impactos financeiros da revisão das tabelas.

●A análise do texto integral do projeto, composto por 49 páginas, mostra que a proposta vai além de uma atualização monetária

o texto foi retirado de votação em razão de um pedido de vista na Comissão de Finanças e Tributação. O Projeto de Lei 1.016/2025, encaminhado pelo Judiciário em 2025, pretende substituir parte das regras estabelecidas pela legislação estadual de 1970 e instituir novas

tabelas de emolumentos para serviços notariais e de registro. A proposta enfrenta resistência de entidades representativas do setor produtivo, que apontam possíveis aumentos expressivos nos custos de escrituras, registros imobiliários e outros procedimentos. Público ● P.3

Novo pregão reacende disputa por pisos escolares



Lucas Fermin/Seed

●Duas intervenções do TCE-PR não encerraram a controvérsia sobre a compra milionária de pisos esportivos destinados às escolas estaduais. Depois de licitações conduzidas pela Fundepar terem sido suspensas por suspeitas de irregularidades, o governo Ratinho Junior lançou um novo pregão de R\$ 192,2 milhões, desta vez pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (Seap). A mudança de órgão, acompanhada de denúncias sobre o retorno de ex-

gências técnicas anteriormente questionadas, levanta suspeitas de uma manobra administrativa para dar continuidade à contratação. A nova licitação foi publicada em 7 de outubro e tem disputa prevista para 29 de outubro. O valor máximo estimado é de R\$ 192.210.870,65. Segundo documentação encaminhada à Gazeta do Paraná, o procedimento incorporou uma demanda de 480 mil metros quadrados de pisos destinados às escolas estaduais. Público ● P.5



No primeiro jogo da semifinal, o Palmeiras venceu o Fluminense por 2 a 1, no Maracanã Cesar Greco

FINALISTA?

Palmeiras tem a vantagem do empate contra o Flu para chegar na grande final da Libertadores da América.

Esportes ● Pág.6

AUMENTA O RISCO DE QUEDA PARA O TIMÃO

Esportes ● Pág.6

STEFFENS CONQUISTA PÓDIOS NO BRASILEIRO

Esportes ● Pág.6

GALO ESTÁ PERTO DA DECISÃO DA 'SULA'

Esportes ● Pág.6

PIÁS DO NINHO ENCARAM O JUVENTUDE

Esportes ● Pág.6

No Paraná Bakri esclarece prazo de 48 horas para prefeituras

O ultimato de 48 horas dado pelo governo do Paraná às prefeituras para informar a situação de convênios com o Estado repercutiu Alep. Diante das dúvidas provocadas pela cobrança, o líder do governo Ratinho Junior na Casa, deputado Hussein Bakri, utilizou a tribuna para esclarecer que o prazo estabelecido pelo Palácio Iguçu não exige a conclusão das licitações. Público ● P.2



Alep/Divulgação



Divulgação

Novo Governo Moro anuncia Pricilla Santana para a Fazenda

O governador eleito do Paraná, Sergio Moro, anunciou ontem (20) a economista Pricilla Maria Santana como futura secretária de Estado da Fazenda. Atual titular da pasta no Rio Grande do Sul, ela é o primeiro nome confirmado para compor o secretariado da próxima gestão e a primeira mulher anunciada para a equipe de governo. Público ● P.3

Público

Prazo de 48 horas Líder do governo na Alep diz que prefeitos não precisam concluir licitações em dois dias, mas devem informar o estágio dos processos e apresentar documentos ao Estado dentro do prazo

Bakri esclarece prazo de 48 horas para prefeituras do Paraná

Bakri esclareceu que prefeitos não precisam concluir licitações em 48 horas, mas devem informar o andamento dos processos ao governo

DA REDAÇÃO
Cascavel

•O ultimato de 48 horas dado pelo governo do Paraná às prefeituras para informar a situação de convênios com o Estado repercutiu na segunda-feira (19) na Assembleia Legislativa (Alep). Diante das dúvidas provocadas pela cobrança, o líder do governo Ratinho Junior na Casa, deputado Hussein Bakri, utilizou a tribuna para esclarecer que o prazo estabelecido pelo Palácio Iguaçu não exige a conclusão das licitações, mas a apresentação de informações e documentos sobre o andamento dos procedimentos.

A manifestação ocorreu poucas horas depois de a Gazeta do Paraná publicar reportagem sobre o Ofício Circular nº 06/2026, encaminhado pelo governo estadual aos municípios na sexta-feira (16). O documento estabelece prazo improrrogável de 48 horas para que as prefeituras informem a situação das licitações relacionadas aos convênios ou apresentem a documentação correspondente. A falta de resposta pode resultar no cancelamento dos acordos.

Durante a sessão, Bakri procurou delimitar o alcance da determinação. Segundo o líder governista, a exigência não significa que os prefeitos precisem finalizar processos licitatórios em dois dias. O que o governo pretende, conforme sua explicação, é receber informações atualizadas sobre o estágio dos procedimentos e identificar eventuais pendências documentais.

O esclarecimento ocorre em um momento de apreensão en-



Líder de Ratinho Junior tenta conter preocupação sobre convênios ALEP / Divulgação

tre administrações municipais, que já enfrentam incertezas sobre a execução de investimentos anunciados pelo governo estadual. A proximidade do encerramento do exercício financeiro de 2026 e a transição de governo ampliam as dúvidas sobre quais obras poderão avançar e quais compromissos ficarão para o próximo ano.

A cobrança do Palácio Iguaçu ocorre poucos dias depois de a Secretaria de Estado das Cidades (Secid) cancelar 445 prioridades abertas para municípios e suspender outras 304, envolvendo aproximadamente R\$ 1,3 bilhão em projetos.

Conforme levantamento publicado pela Gazeta do Paraná na sexta-feira (16), as prioridades canceladas representam cerca de R\$ 534 milhões e haviam sido abertas entre 2022 e 2025. Outras 304, abertas entre janeiro e abril de 2026, foram suspensas

e correspondem a aproximadamente R\$ 770 milhões.

Embora as prioridades abertas não tenham o mesmo valor jurídico de convênios formalizados, as decisões provocaram preocupação entre prefeitos. Parte das administrações municipais já havia realizado despesas com projetos e documentação necessários para viabilizar os investimentos anunciados pelo Estado. A situação também gerou cobranças à Associação dos Municípios do Paraná (AMP), presidida pelo prefeito de Assis Chateaubriand, Marcel Michelto. Segundo relatos publicados anteriormente, gestores municipais passaram a buscar uma interlocução com o governo estadual para esclarecer o futuro dos investimentos.

É nesse cenário que o prazo de 48 horas ganhou repercussão. A exigência de informações sobre convênios já formalizados se

soma à suspensão e ao cancelamento de prioridades ainda não convertidas em acordos, embora se trate de procedimentos administrativos distintos.

Na semana passada, durante a prestação de contas da Secretaria da Fazenda na Assembleia Legislativa, o secretário em exercício Luiz Paulo Budal afirmou que os convênios já assinados com os municípios seriam honrados e que os recursos necessários estavam garantidos. A declaração foi feita antes da emissão do ofício circular que estabeleceu o prazo para atualização das informações pelas prefeituras.

A distinção entre convênios formalizados e prioridades abertas tem sido um dos principais argumentos apresentados pela equipe econômica do governo. Enquanto os primeiros representam compromissos assumidos mediante instrumentos

jurídicos, as prioridades correspondem a etapas preparatórias que não asseguram, por si só, a execução dos investimentos.

O assunto vem sendo acompanhado pela Gazeta do Paraná desde maio, quando o então secretário da Fazenda, Norberto Ortigara, reconheceu que o

EM NÚMEROS

48

O prazo de 48 horas não é para concluir licitações. Segundo Hussein Bakri, as prefeituras precisam informar o estágio dos processos e apresentar a documentação solicitada pelo Estado

Estado não teria condições de atender à totalidade das demandas apresentadas pelos municípios.

Em outubro, durante audiência pública na Assembleia, o deputado Paulo Gomes também questionou a diferença entre o volume de investimentos anunciados e os valores efetivamente transferidos. Segundo os números apresentados pelo parlamentar, de aproximadamente R\$ 6,4 bilhões em anúncios, R\$ 1,49 bilhão havia sido empenhado e R\$ 858 milhões pagos até junho.

A manifestação de Hussein Bakri esclarece o que as prefeituras precisam apresentar dentro do prazo estabelecido pelo governo, mas não elimina as consequências administrativas previstas no ofício circular.

O documento continua estabelecendo a possibilidade de cancelamento dos convênios em caso de ausência de resposta. A fala do líder governista também não representa anúncio de prorrogação do prazo nem garantia de manutenção de todos os instrumentos sob acompanhamento do Palácio Iguaçu.

Permanece, portanto, uma diferença entre esclarecer a obrigação imposta aos municípios e assegurar o futuro dos investimentos. As prefeituras não precisam concluir licitações em 48 horas, conforme explicou Bakri, mas continuam sujeitas à exigência de prestar informações sobre os procedimentos.

Com o encerramento do mandato de Ratinho Junior se aproximando, a discussão ganha dimensão política e administrativa. O governo busca identificar a situação dos compromissos assumidos, enquanto prefeitos tentam assegurar a continuidade de projetos e obras anunciados ao longo dos últimos anos.

A questão central permanece sem resposta definitiva: quantos convênios estão efetivamente aptos a avançar, quantos apresentam pendências e quais poderão ser atingidos por novas medidas de cancelamento antes da mudança de governo?

A FRASE

“Eles não querem o financiamento da cultura. Eles não querem museus. Eles não querem universidades. Eles não querem escolas públicas. O que é que eles querem? Eles querem acumular tesouros que o verme devora. Ponham isso na cabeça. Pensem no Brasil. A grandeza do Brasil é a grandeza da sua música”

RAFAEL GRECA
Ex-prefeito de Curitiba

Derrotado, Rafael Greca declara apoio a Lula e resgata tradição brizolista

Ex-prefeito de Curitiba critica submissão do Brasil aos Estados Unidos, defende cultura e educação públicas e pede que eleitores não escolham o voto apenas por ideologia no segundo turno

Gabriel Porta
Cascavel

•O ex-prefeito de Curitiba Rafael Greca sinalizou apoio à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no segundo turno da eleição presidencial. Em um discurso na reta final da campanha, Greca criticou o alinhamento do Brasil a interesses dos Estados Unidos, defendeu investimentos públicos em cultura e educação e pediu que os eleitores não escolham o voto apenas por ideologia.

Lula e Flávio Bolsonaro (PL) disputam o segundo turno no próximo domingo (25). Greca foi candidato a vice-governador do Paraná na chapa encabeçada por Sandro Alex, com apoio do governador Ratinho Junior, mas a candidatura ficou fora da

segunda etapa da eleição.

Durante a fala, Greca questionou qual ideologia seria capaz de justificar, segundo ele, o direito de “calar o Brasil”. “Pensem qual ideologia vale o direito de calar o Brasil”, afirmou.

O ex-prefeito também criticou uma eventual submissão dos interesses brasileiros aos Estados Unidos. Ele mencionou as riquezas naturais do país, incluindo as terras raras, e questionou a possibilidade de os recursos nacionais servirem prioritariamente aos interesses estrangeiros.

Tradição brizolista

Greca apresentou o posicionamento como parte de sua própria trajetória política e afirmou ser herdeiro da tradição brizolista. Ele citou o ex-governador do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul Leonel Brizola como uma das referências de sua formação. Também mencionou Jaime Lerner, Margarida, Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira ao falar sobre nomes que influenciaram sua trajetória e sobre a importância da educação pública.

Greca citou os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), associados à atuação de Brizola e Darcy Ribeiro, e relacionou essa experiência à defesa de políticas públicas como a educação e o Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo ele, o que estará em disputa no segundo turno não será apenas uma escolha econômica, mas também uma decisão sobre o modelo de país que os brasileiros querem construir.

Crítica

Ao defender sua posição, Greca fez uma avaliação sobre os dois candidatos e afirmou que Lula, apesar das diferenças políticas que possam existir, teria a intenção de atender a população mais pobre e preservar políticas de incentivo à cultura. “Pelo menos ele tem a reta intenção de servir aos pobres e de manter a Lei Rouanet”, afirmou.

Greca também criticou o que considera uma resistência do campo político adversário a políticas de financiamento cultural e a instituições públicas. Na fala, citou músicos e referências



Greca sinaliza voto em Lula Rodrigo Fonseca/CMC

da cultura brasileira, como Ary Barroso, Heitor Villa-Lobos, Barbosa Lessa, Pixinguinha e Luiz Gonzaga. Também mencionou instrumentos e manifestações culturais brasileiras, como harpas, violas e atabaques, além da influência de diferentes tradições na formação cultural do país.

Para Greca, a cultura não pode ser tratada como uma questão de esquerda ou direita. “Não tem música de direita nem de esquerda”, afirmou.

Ele comparou a música tocada em um acordeão à necessidade

de equilíbrio na política. Segundo Greca, o instrumento precisa das duas mãos para funcionar, assim como os brasileiros deveriam pensar a política sem se prender exclusivamente a uma divisão ideológica.

Greca também pediu que os eleitores utilizem diferentes perspectivas antes de decidir o voto. Em outro trecho do discurso, afirmou que é preciso “pensar com os dois lados do cérebro” e pediu a Nossa Senhora Aparecida que inspire os brasileiros na escolha.

O ex-prefeito encerrou sua

manifestação reforçando a defesa da cultura brasileira e de políticas públicas voltadas à educação, às universidades, às escolas públicas e à preservação de instituições culturais. “Eles não querem o financiamento da cultura. Eles não querem museus. Eles não querem universidades. Eles não querem escolas públicas. O que é que eles querem? Eles querem acumular tesouros que o verme devora. Ponham isso na cabeça. Pensem no Brasil. A grandeza do Brasil é a grandeza da sua música”.

Taxas em debate Projeto do TJ-PR cria novas tabelas de emolumentos e foi retirado da pauta duas vezes após pedido de vista; entidades empresariais apontam possíveis aumentos em serviços de cartório no Estado

Projeto que muda taxas dos cartórios é adiado na Alep do PR

Alep retirou duas vezes da pauta projeto do TJ-PR que cria novas regras para taxas de cartórios; pedido de vista adiou a votação na Alep

DA REDAÇÃO
Cascavel

●A Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) voltou a interromper a tramitação do projeto de lei que estabelece novas regras para a cobrança de taxas nos cartórios do estado. Na segunda-feira (19), mesmo após um pedido formal da Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) para incluir a proposta na pauta, o texto foi retirado de votação em razão de um pedido de vista na Comissão de Finanças e Tributação.

O Projeto de Lei 1.016/2025, encaminhado pelo Judiciário em 2025, pretende substituir parte das regras estabelecidas pela legislação estadual de 1970 e instituir novas tabelas de emolumentos para serviços notariais e de registro. A proposta enfrenta resistência de entidades representativas do setor produtivo, que apontam possíveis aumentos expressivos nos custos de escrituras, registros imobiliários e outros procedimentos.

A movimentação desta segunda-feira começou com a leitura do Ofício nº 3.219/2026, encaminhado pela Presidência do Tribunal de Justiça, solicitando expressamente a inclusão do projeto na ordem do dia. Apesar disso, quando a matéria foi anunciada para votação em primeiro turno, a presidência da Assembleia comunicou sua retirada de ofício.

A situação se repetiu na sessão extraordinária realizada na sequência. O projeto voltou a constar da pauta, desta vez para apreciação em segundo turno, mas foi novamente retirado em razão do mesmo pedido de vista. A transcrição da sessão não identifica o parlamentar responsável pela solicitação nem informa quando a matéria poderá retornar ao plenário.

Escrituras e registros

A análise do texto integral do projeto, composto por 49 páginas, mostra que a proposta vai além de uma atualização monetária. O Tribunal de Justiça pretende estabelecer uma nova estrutura de cobrança, com valores específicos para diferentes



Alep barra votação de projeto que muda taxas dos cartórios no Paraná Divulgação

serviços e critérios para determinar a base de cálculo dos atos que envolvem operações financeiras.

No caso das escrituras públicas com valor econômico declarado, a tabela proposta estabelece cobranças entre R\$ 500 e R\$ 2.500. Para negócios de até R\$ 5 mil, o emolumento previsto é de R\$ 500. Em operações entre R\$ 100 mil e R\$ 150 mil, o valor sobe para R\$ 2.200. Nas transações superiores a R\$ 750 mil, a cobrança prevista é de R\$ 2.500.

Os registros imobiliários seguem estrutura semelhante. O projeto estabelece emolumentos de R\$ 500 para registros de títulos com conteúdo econômico de até R\$ 5 mil, chegando a R\$ 2.500 nas operações acima de R\$ 750 mil.

Os valores constam das tabelas anexas à proposta e não representam, necessariamente, o custo total de uma operação imobiliária. Dependendo do procedimento, podem existir outros atos cartorários, tributos e despesas legalmente previstos.

Um dos dispositivos de maior impacto está no artigo 7º, que

determina a utilização do maior valor entre diferentes parâmetros para calcular os emolumentos. Entre eles estão o preço declarado pelas partes, o valor tributário do imóvel e a base de cálculo utilizada para o recolhimento do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). Na prática, a regra poderá fazer com que determinadas cobranças sejam calculadas sobre valores superiores ao preço informado na negociação, conforme as características do imóvel e os parâmetros tributários aplicáveis.

Setor produtivo

A proposta enfrenta resistência de entidades empresariais e do agronegócio, que questionam os impactos financeiros da revisão das tabelas. Segundo estimativas divulgadas pelo Sistema Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep), determinados serviços poderiam registrar aumentos de até 532%, enquanto a emissão de algumas certidões teria elevação de 351% e escrituras de imóveis de maior valor poderiam ficar 82% mais caras.

Os percentuais são estimativas apresentadas pelas entidades para procedimentos específicos e não significam que todas as taxas cartorárias sofreriam reajustes dessas proporções. A comparação depende do serviço realizado, dos valores atualmente praticados e das regras de cálculo previstas na proposta.

A preocupação se estende a operações de compra e venda de imóveis, financiamentos, garantias bancárias, regularização fundiária e atividades relacionadas à construção civil e ao agronegócio. Para as entidades contrárias ao projeto, a revisão pode representar aumento de custos para cidadãos e empresas que dependem desses serviços.

Outro ponto previsto no texto é a atualização anual dos emolumentos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mediante ato da Presidência do Tribunal de Justiça. O mecanismo permitiria a correção periódica das tabelas, sem a necessidade de aprovar uma nova lei para cada atualização inflacionária.

Tribunal

Na justificativa encaminhada à Assembleia, o Tribunal de Justiça argumenta que a legislação paranaense precisa ser modernizada para acompanhar as transformações dos serviços notariais e de registro. O Judiciário sustenta que a cobrança dos emolumentos deve conciliar valores acessíveis aos usuários com condições econômicas suficientes para manter o funcionamento das serventias.

O documento também aponta a necessidade de assegurar a

viabilidade financeira dos cartórios, especialmente daqueles com menor movimentação econômica, e de estabelecer critérios uniformes para os serviços prestados à população.

Além das tabelas, o projeto contém dispositivos destinados à proteção dos usuários. Entre eles estão a obrigatoriedade de discriminar os valores cobrados nos recibos, a divulgação pública das tabelas e a proibição de cobrar novamente por atos que precisem ser refeitos em razão de erros atribuíveis ao próprio cartório.

O texto também regulamenta gratuidades e isenções, incluindo atos praticados em favor de beneficiários da justiça gratuita, nas condições previstas em lei, e serviços relacionados a projetos institucionais de interesse social.

Em casos de cobrança indevida ou excessiva, a proposta prevê a possibilidade de reclamação administrativa perante o juiz corregedor do foro extrajudicial, com procedimento específico para restituição dos valores.

NA ALEP
Principais valores
- Até R\$ 5 mil: R\$ 500
- De R\$ 100 mil a R\$ 150 mil: R\$ 2.200
- Acima de R\$ 750 mil: R\$ 2.500
- Atualização prevista: IPCA anual
- Projeto: PL 1.016/2025

Moro anuncia Pricilla Santana para comandar a Secretaria da Fazenda

Atual secretária da Fazenda do Rio Grande do Sul será a primeira mulher anunciada para o secretariado do governador eleito, que promete reduzir a estrutura administrativa do Estado

Da redação
Cascavel

●O governador eleito do Paraná, Sérgio Moro, anunciou ontem (20) a economista Pricilla Maria Santana como futura secretária de Estado da Fazenda. Atual titular da pasta no Rio Grande do Sul, ela é o primeiro nome confirmado para compor o secretariado da próxima gestão e a primeira mulher anunciada para a equipe de governo.

A escolha sinaliza a intenção da futura administração de priorizar a responsabilidade fiscal, a eficiência na gestão dos recursos públicos e a modernização da máquina estadual. Pricilla tem experiência na administração pública, com atuação nas áreas de política fiscal, gestão financeira, relações federativas e go-

vernança.

Ao anunciar a indicação, Moro destacou a trajetória técnica da economista e o trabalho desenvolvido à frente da Secretaria da Fazenda gaúcha, especialmente diante dos desafios fiscais enfrentados pelo Estado. “Pricilla Santana é uma economista renomada, com reputação ilibada e ampla experiência técnica e administrativa em diversos órgãos federais e estaduais, sempre se destacando por onde passou. Nos últimos anos, manteve as contas do Rio Grande do Sul em ordem mesmo diante de desafios fiscais consideráveis”, afirmou o governador eleito.

Moro também disse que espera contar com a experiência da futura secretária para aprimorar a gestão financeira e contribuir para o desenvolvimento do Paraná. Segundo ele, a escolha busca fortalecer a condução das contas públicas com critérios técnicos e responsabilidade fiscal.

Experiência

Pricilla é economista, mestre

em Direito e também graduada em Direito e História. Desde janeiro de 2023, ocupa a Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul. Entre 2015 e 2022, atuou como subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais do Tesouro Nacional, função em que participou da coordenação das relações financeiras entre a União, os estados e os municípios, com foco na sustentabilidade fiscal e na gestão da dívida pública.

Ela também foi secretária-adjunta de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. Ao longo da carreira, participou de processos de desestatização e privatização, da coordenação do Regime de Recuperação Fiscal e de iniciativas relacionadas à Reforma Tributária.

A economista ainda acumulou experiência em conselhos de administração e fiscais de instituições como Caixa Econômica Federal, Eletrobras, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banrisul.

Desde agosto de 2026, ocupa



Governo anuncia medidas para renegociar dívidas de MEIs Divulgação

a segunda vice-presidência do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), estrutura responsável pela gestão compartilhada do novo tributo sobre o consumo previsto na Reforma Tributária.

Transição

Além de anunciar a futura secretária da Fazenda, Moro afirmou que pretende conduzir uma transição organizada, com o mínimo de impacto sobre o funcionamento da administra-

ção estadual. O governador eleito aguarda a publicação, pelo atual governo, de um decreto que formalize os procedimentos para a transição. Enquanto isso, mantêm conversas com deputados estaduais eleitos sobre os projetos da próxima gestão e avança na definição dos integrantes do secretariado.

Moro também reafirmou o compromisso de campanha de reduzir o tamanho da estrutura administrativa do Paraná. Segundo ele, a atual organização

do governo gera burocracia e compromete a eficiência dos serviços públicos. “A transição é sempre desafiadora, porque é uma mudança de governo, mas nós queremos que ela seja a mais suave possível. Nós vamos diminuir o tamanho da máquina, que hoje está inchada e acaba gerando muita burocracia e pouca eficiência. Foi uma promessa de campanha que iremos cumprir. Queremos ter um governo honesto e eficiente”, declarou.

A PREFEITURA DE CASCAVEL NÃO PARA!

Em andamento

MAIS DE **R\$ 300 MILHÕES** EM OBRAS EM TODO MUNICÍPIO.



Em breve

NOVO HOSPITAL DA REGIÃO NORTE



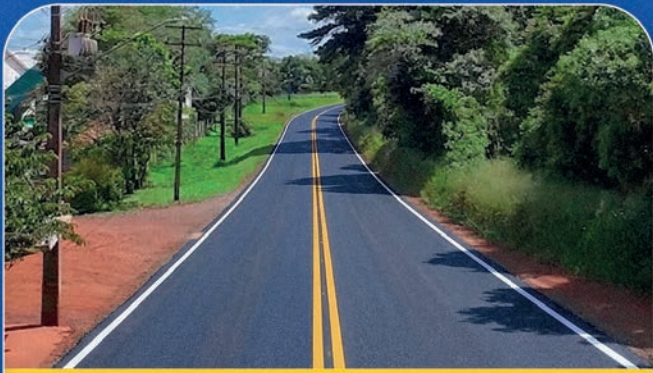
4 NOVOS CMEIs NO INTERIOR



10 NOVAS UNIDADES DE SAÚDE



NOVOS ECOPARQUES



220 Km DE ESTRADAS RURAIS COM ASFALTO NOVO



TRINCHEIRA DO CASCAVEL VELHO



O MAIOR INVESTIMENTO EM **ASFALTO NOVO** DA HISTÓRIA

E MUITO MAIS VEM POR AÍ



GOVERNO MUNICIPAL
CASCABEL
CIDADE UNIDA E PRA FRENTE

cidade em
OBRAS

Licitação sob alerta Após duas intervenções do TCE-PR em compras da Fundepar, Estado abriu novo pregão de R\$ 192,2 milhões com demanda para escolas; denúncia questiona exigências e mudança de órgão

Novo pregão de R\$ 192 milhões reacende disputa por pisos escolares

A sequência dos acontecimentos coloca a gestão de Roni Miranda no centro dos esclarecimentos necessários

DA REDAÇÃO
Cascavel

•Duas intervenções do Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR) não encerraram a controvérsia sobre a compra milionária de pisos esportivos destinados às escolas estaduais. Depois de licitações conduzidas pela Fundepar, autarquia vinculada à Secretaria da Educação, comandada por Roni Miranda, terem sido suspensas por suspeitas de irregularidades, o governo Ratinho Junior lançou um novo pregão de R\$ 192,2 milhões, desta vez pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (Seap). A mudança de órgão, acompanhada de denúncias sobre o retorno de exigências técnicas anteriormente questionadas, levanta suspeitas de uma manobra administrativa para dar continuidade à contratação.

A nova licitação, identificada como Pregão Eletrônico nº 29/2026, foi publicada em 7 de outubro e tem disputa prevista para 29 de outubro. O valor máximo estimado é de R\$ 192.210.870,65. Segundo documentação encaminhada à Gazeta do Paraná, o procedimento incorporou uma demanda de 480 mil metros quadrados de pisos destinados às escolas estaduais, anteriormente contemplada nas contratações questionadas pelo Tribunal de Contas. A parcela

destinada à rede de ensino representaria aproximadamente R\$ 133,74 milhões.

A sequência dos acontecimentos coloca a gestão de Roni Miranda no centro dos esclarecimentos necessários. Se a demanda destinada às escolas foi incorporada a uma contratação conduzida por outra secretaria, é preciso explicar quem tomou essa decisão, qual foi a participação da Educação na elaboração do novo procedimento e se as correções discutidas com o Tribunal de Contas foram preservadas.

A nova licitação prevê R\$ 192,2 milhões, dos quais aproximadamente R\$ 133,74 milhões correspondem à demanda de 480 mil metros quadrados de pisos para escolas estaduais

A mudança de órgão responsável por uma contratação pública não é, por si só, ilegal. Entretanto, quando uma aquisição submetida a sucessivas intervenções do órgão fiscalizador reaparece em outro procedimento, torna-se necessário demonstrar que os problemas anteriormente apontados foram efetivamente corrigidos. A documentação examinada até o momento não comprova que a alteração tenha sido deliberadamente planejada para escapar da fiscalização, mas a hipótese constitui o principal ponto da denúncia recebida pela reportagem.



Novo licitação prevê a aquisição e instalação de pisos esportivos modulares Lucas Fermin/Seed

Tribunal barrou compra
O histórico de questionamentos começou em 2025, quando o Tribunal de Contas suspendeu o Pregão Eletrônico nº 174/2025, conduzido pela Fundepar. A contratação previa a instalação de pisos modulares de polipropileno em quadras esportivas de 1.365 escolas estaduais, com valor máximo estimado em aproximadamente R\$ 187,3 milhões.

A decisão foi tomada após a identificação de indícios de irregularidades nas condições estabelecidas para a contratação, incluindo exigências técnicas potencialmente restritivas à participação de fornecedores e questionamentos sobre os valores estimados.

Em agosto de 2025, o conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães revogou a suspensão

após a Fundepar assumir compromissos de adequação das regras. A autorização para continuidade do procedimento estava vinculada à incorporação das alterações anunciadas pela autarquia.

A revogação da medida cautelar não significou que o Tribunal tivesse aprovado integralmente o edital original. O procedimento continuava sujeito à fiscalização, inclusive quanto ao cumprimento dos compromissos assumidos pela administração estadual.

Um dos pontos destacados na denúncia recebida pela Gazeta diz respeito à experiência técnica exigida dos fornecedores. Segundo o material, a Fundepar havia assumido o compromisso de reduzir a comprovação mínima de experiência para 800 metros quadrados, permitindo a participação de um

número maior de empresas.

Essa informação ainda precisa ser confrontada com a redação integral da decisão de agosto de 2025 e com as condições efetivamente incorporadas ao edital. O histórico, porém, demonstra que a competitividade da contratação já estava no centro das preocupações do Tribunal de Contas.

Tribunal
As alterações realizadas no procedimento não encerraram as controvérsias. Em fevereiro de 2026, o TCE voltou a determinar a suspensão cautelar de uma licitação da Fundepar para aquisição e instalação de pisos esportivos. Desta vez, a decisão atingiu o Pregão Eletrônico nº 1519/2025, estimado em R\$ 189.296.376. A medida consta do Acórdão nº 260/26, referente ao processo nº

72561/26, relatado pelo conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães.

O procedimento já havia sido homologado quando a Corte determinou sua suspensão. A decisão foi motivada por representação apresentada pela empresa Kango Brasil Ltda., que apontou possíveis irregularidades no julgamento dos recursos administrativos, na análise das propostas vencedoras e na documentação técnica e fiscal das empresas participantes.

Um dos pontos mais graves examinados pelo Tribunal envolveu a utilização de referências jurisprudenciais possivelmente inexistentes ou apresentadas de forma distorcida nas decisões administrativas da Fundepar. A representação levantou suspeitas de que os precedentes pudessem ter sido produzidos ou utilizados inadequadamente com auxílio de ferramentas de inteligência artificial generativa.

O relator considerou que os elementos apresentados justificavam a suspensão preventiva e a exigência de esclarecimentos. A decisão, entretanto, não concluiu definitivamente que houve utilização irregular de inteligência artificial ou falsificação de jurisprudência.

Outro questionamento envolveu os descontos apresentados pelas empresas classificadas como vencedoras. As propostas registraram reduções entre aproximadamente 40% e 50,6% em relação aos valores estimados pela administração pública, o que levou o Tribunal a exigir justificativas técnicas e econômico-financeiras mais detalhadas sobre a viabilidade da execução contratual.

Lar

Cuidar de você é um ato de amor.
Cuide também de quem você ama!

 **Outubro Rosa**



LAR FOODS

Libertadores da América Palmeiras recebe o Fluminense para o jogo de volta das semifinais. Time busca a sua oitava final da Libertadores da América

Verdão está a um empate de mais uma decisão

Quem passar do confronto brasileiro irá decidir o título contra o vencedor do duelo entre Flamengo e Estudiantes

GAZETA ESPORTIVA
São Paulo

● O primeiro finalista da Copa Libertadores da América de 2026 será conhecido nesta quarta-feira (21). Palmeiras e Fluminense se enfrentam pelo jogo de volta da semifinal. A bola rola a partir das 21h30, no gramado do Nubank Parque, em São Paulo (SP). O Palmeiras entra em campo com a vantagem. A equipe comandada pelo técnico Abel Ferreira venceu o primeiro jogo por 2 a 1, no Maracanã, com gols de Flaco López e Marlon Freitas. Assim, o Verdão precisa apenas de um empate ou qualquer vitória para avançar à final. Caso o Fluminense vença o jogo por um gol de diferença, a decisão vai para os pênaltis. Já um triunfo carioca por dois gols ou mais dá a vaga com o Tricolor carioca.

O Palmeiras chega em alta para a partida. Invicto há cinco jogos na temporada, o time alviverde soma cinco vitórias consecutivas. Depois de abrir vantagem sobre o Flu, o Verdão venceu o Athletico-PR por 2 a 0, na Arena da Baixada, em Curitiba (PR), e se manteve na vice-liderança do Brasileirão, com 66 pontos, um a menos do que o líder Flamengo.

Do outro lado, o Fluminense vem de três derrotas consecutivas. A última delas foi de virada, para o Santos, pelo Brasileirão. A equipe entrou em campo com um time considerado misto, saiu na frente, mas sofreu o empate. Agora, ocupa o quinto lugar na tabela do torneio nacional, com 51 pontos conquistados.



Palmeiras e Fluminense voltam a se enfrentar nesta quarta Cesar Greco

Protagonista
Flaco López está cada vez mais perto de repetir sua temporada mais artilheira pelo Palmeiras. Artilheiro do clube em 2026, o argentino soma 23 gols e está a dois gols de igualar sua marca de 2025, quando balançou a rede 25 vezes. Protagonista em mata-matas, ele tem a chance de se aproximar ainda mais de seu recorde e, ainda, ajudar o Verdão a se classificar à final da Copa Libertadores.

Uma das principais referências ofensivas da equipe de Abel Ferreira, Flaco López é o jogador com mais gols em mata-matas entre os clubes da Série A nesta temporada. O camisa 42, inclusive, deixou sua marca e ajudou o Palmeiras a abrir vantagem na

NÚMERO

3

O Palmeiras é tricampeão da Libertadores e já chegou sete vezes na final

semifinal ao vencer o Fluminense por 2 a 1, no Maracanã, na última quarta-feira.

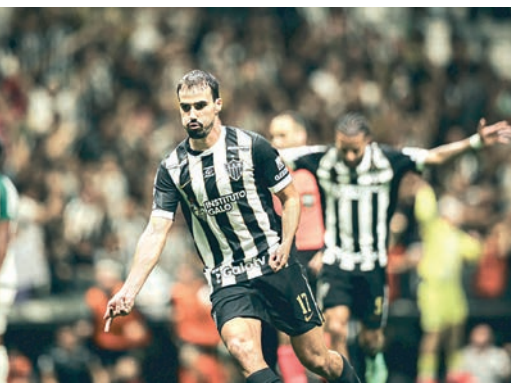
Em 14 jogos de mata-mata do Palmeiras nesta temporada, Flaco López foi titular em doze deles e marcou oito gols. No Campeonato Paulista, marcou um gol na semifinal, contra o São Paulo, e outro no primeiro jogo da final, diante do Novorizontino, ajudando na conquista do título do Estadual.

Depois, marcou dois contra o Fortaleza, nas oitavas da Copa do Brasil, sendo um no jogo de ida e outro no de volta. Na sequência, anotou um contra o Cerro Porteño do Paraguai, pelas oitavas da Libertadores. Ele ainda voltou a balançar as redes mais duas vezes na Copa do Brasil, no

primeiro jogo contra o Santos, nas quartas de final da competição, no Nubank Parque.

De acordo com dados do Sofascore, Flaco precisa de 127 minutos para participar de gols em duelos decisivos, além de ter 83% de sucesso em conversão de chances claras. O atacante tenta aproveitar seu poder de decisão para ajudar o Palmeiras a avançar a mais uma final de Libertadores.

No momento, Flaco López tem dez jogos a menos do que disputou em todo o ano passado, enquanto o Palmeiras tem mais treze duelos possíveis na temporada, dez garantidos. Defendendo o Verdão desde meados de 2022, o atacante tem 235 jogos e 80 gols marcados.



Pedro Souza

SUL-AMERICANA

Galo administra a vantagem no Uruguai

● O Atlético-MG está muito perto de chegar novamente na final da Copa Sul-Americana. O Galo foi o finalista do torneio no ano passado, mas foi superado pelo Lanús nos pênaltis. E agora tem uma grande vantagem no duelo contra o Montevideo City Torque do Uruguai. Isso porque vendeu o jogo de ida por 3 a 0, em casa, na semana passada. Agora, pode até perder por dois gols de diferença na partida de volta, que será nesta quarta-feira (21), às 19 horas, no Estádio Centenário, em Montevideo. Nesta edição do torneio, o Atlético-MG foi o primeiro colocado do Grupo B com dez pontos ganhos. Nas oitavas, levou a melhor no duelo brasileiro contra o Bragantino, com uma vitória por 1 a 0 fora e um empate em 2 a 2 em casa. Nas quartas, outro confronto brasileiro e uma virada contra o Santos. No jogo de ida, na Vila, o Peixe venceu por 2 a 0. Mas na volta, o Galo venceu por 4 a 2, igualou a disputa, levou a decisão para os pênaltis e avançou para as semifinais. Além disso, o Atlético-MG vem de uma sequência positiva no Brasileirão. No fim de semana, derrotou o Coritiba por 1 a 0. A final da Copa Sul-Americana será no dia 21 de novembro, em Barranquilla, na Colômbia.



Rubens Chirri

BRASILEIRÃO

São Paulo tem longo jejum fora de casa

● O São Paulo terá um desafio além dos três pontos na 32ª rodada do Campeonato Brasileiro. No sábado (24), às 16h30, diante do Mirassol, no Estádio José Maria de Campos Maia, o Tricolor tentará encerrar um incômodo tabu que já dura mais de seis meses: a equipe não vence uma partida como visitante desde abril. A última vitória do São Paulo longe de seus domínios aconteceu no dia 7 de abril, quando bateu o Boston River por 1 a 0, no Uruguai, pela primeira rodada da fase de grupos da Copa Sul-Americana. Na ocasião, Bobadilla marcou o gol que garantiu o triunfo são-paulino. Pelo Campeonato Brasileiro, o retrospecto fora de casa é ainda mais preocupante. A última vitória como visitante na competição ocorreu em 15 de março, pela sexta rodada, contra o Bragantino. Naquele duelo, o Tricolor saiu atrás no placar, mas buscou a virada com gols de Sabino e Calleri para vencer por 2 a 1. Desde então, o desempenho longe do Morumbis tem sido um dos principais obstáculos para uma campanha melhor na Série A. Em 15 jogos fora de casa pelo Brasileirão, o São Paulo soma apenas duas vitórias, três empates e dez derrotas, com apenas nove pontos conquistados. O desempenho é apenas o 17º melhor entre os 20 clubes da competição.



Assessoria Cascavel

CASCABEL BASE

Piás do Ninho visitam o Juventude pela Copa Sul

● O time Sub-20 do Cascavel tem mais um jogo atrasado pela Copa Sul. Nesta quarta-feira (21), a equipe do técnico Cesar Bueno encara o Juventude, às 10 horas, no Rio Grande do Sul, em jogo válido pela terceira rodada. No fim de semana, os Piás do Ninho jogaram em casa, mas foram derrotados pelo Barra por 2 a 1. Ou seja, agora, a equipe precisa vencer os dois jogos para se classificar. O Cascavel é o quinto colocado no Grupo B com três pontos, quatro atrás do Avaí, que é o quarto colocado. Além de derrotar o Juventude terá que vencer a Chapecoense no sábado (24), também fora de casa. Em quatro jogos na competição, o Cascavel sofreu três derrotas e teve apenas uma vitória, que foi sobre o City London por 3 a 0, na semana passada. O time Sub-17 também jogou contra o Barra no fim de semana pela Copa Sul e foi derrotado pelo mesmo placar: 2 a 1. Mas a equipe segue no terceiro lugar com dez pontos e já está classificada para o mata-mata. Na última rodada, no sábado, joga contra a Chapecoense.

Empate com o Vitória casa aumumenta o risco de queda do Corinthians

Além do Corinthians, Internacional e Grêmio, derrotado na rodada, têm algo risco de queda

Gazeta Esportiva
São Paulo

● AO empate do Corinthians por 1 a 1 com o Vitória, registrado na segunda-feira, na Neo Química Arena, aumentou o risco de rebaixamento do clube alvinegro no Campeonato Brasileiro. Segundo levantamento do Departamento de Matemática da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com o fim da 31ª rodada, a probabilidade de queda do Corinthians passou para 43,1% - antes do jogo com o Vitória, o risco era de 38,9%.

O clube segue fora da zona de rebaixamento, mas vê a situação ficar cada vez mais delicada na reta final. Com 33 pontos, o Corinthians permanece na 16ª co-

locação, apenas um ponto acima do Internacional, primeiro time no Z-4. Já o Vitória, com 37 pontos, segue na 13ª posição.

À espera de sua regularização, o recém-contratado Clarence Seedorf acompanhou o duelo das arquibancadas da Neo Química Arena, com o auxiliar Léo Porto na beira do gramado. Renê e Yuri Alberto anotaram os gols no empate que marcou a nona partida de jejum do Corinthians no Brasileiro.

O Corinthians terá pela frente outro confronto direto na luta contra o rebaixamento. Neste sábado (24), a equipe visita o Vasco, em São Januário, às 18h30, pela 32ª rodada do Brasileirão.

Gaúchos
A dupla Gre-Nal segue com alto risco de rebaixamento. Internacional e Grêmio foram derrotado na 31ª rodada do Brasileirão e continuam na zona da degola.

NÚMERO

10

O Corinthians chegou a dez jogos sem vitória no Brasileirão



Timão empatou com o Vitória Agência Corinthians

Depois da derrota para a Mirassol, o Colorado tem uma probabilidade de queda de 57,7%. Já o Tricolor Gaúcho foi goleado pelo Cruzeiro por 4 a 2, em casa, no domingo. O time é o 18º colocado na tabela com 31 pontos e a probabilidade de sofrer o quarto rebaixamento da história é de 76,7%.

O Z-4 tem ainda os lanternas Remo e Chapecoense, na 19ª e 20ª colocações, com 26 e 18 pontos, respectivamente. Ambos vieram da Série B no ano passado

e devem retornar para a segunda divisão nacional. De acordo com os cálculos da UFMG, a chance de queda do Remo é de 98,1% enquanto a Chape tem 99,99% de probabilidade de queda.

Fora do Z-4 estão Corinthians com 33 pontos, Vasco com 35, Mirassol com 36 e Vitória com 37. Para o Vasco, que tem um jogo a menos, o risco de queda é de 10,3%. Já para o Mirassol, esse risco é de 7,0%. O Vitória tem apenas 4,6% de probabilidade de ser rebaixado.

Steffens garante pódios no Brasileiro de Paraciclismo

Da assessoria
● O paraciclista paranaense Luís Carlos Steffens, atleta da Associação dos Paratletas de Cascavel (APAC), teve grande desempenho no Campeonato Brasileiro de Paraciclismo de Pista 2026, disputado no último fim de semana, em Indaiatuba (SP). O paranaense subiu o pódio em duas provas: conquistou a medalha de prata no Mixed Team Sprint e o bronze no quilômetro contra o relógio, além de cravar três quintos lugares nas provas individuais.

A competição, organizada pela Confederação Brasileira de Ciclismo (CBC), reuniu paraciclistas de diferentes regiões do país no Velódromo Municipal Joraci Mariano de Barros, marcando

mais um importante momento do calendário nacional da modalidade.

O melhor resultado da disputa veio na prova por equipes. Em sua primeira participação no Mixed Team Sprint — formato que vem sendo disputado no Brasil há pouco tempo —, Steffens formou equipe com Eduardo Carvalho Hipólito de Araujo (Picos/PI), da classe MC3, e Débora Moura Costa (Maringá/PR), da classe WC4.

Na prova, os três atletas largam juntos e percorrem uma volta cada um na melhor velocidade possível, um atrás do outro, somando esforços em busca do melhor tempo combinado. Steffens saiu na terceira posição da fila e celebrou o desempenho da equipe. “Foi a Débora primeiro,



Steffens disputou o Brasileiro em Indaiatuba Assessoria

o Hipólito em segundo e eu em terceiro na fila. Foi muito bacana — ninguém botou fé na nossa equipe e demos uma surpresa na galera. Por pouco não alcançamos um tempo semelhante



1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
VEÍCULOS	CAMINHÕES	MOTOS	ANIMAIS	AVISOS	NÁUTICA	MÁQUINAS	TELEFONES	EMPREGOS	ELETRÔNICOS	NEGÓCIOS	CURSOS	APARTAMENTOS	RESIDÊNCIAS	TERRENOS	P. COMERCIAIS	TURISMO

Publicidade Legal

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

Auto Posto Jacarandá Ltda, CNPJ 18.801.850/0001-54, torna público que recebeu da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba, a Licença de Instalação para substituição dos tanques subterrâneos no comércio varejista de combustíveis e lubrificantes para veículos automotores, válida até 30/11/2025 a ser implantada na Rua Miguel Caluf, nº 3056, Cajuru, Curitiba/PR, CEP 82.940-110.

EDITAL DE LEILÃO E NOTIFICAÇÃO
FABIO GONÇALVES BARBOSA, devidamente autoriz. p/ Comitente: **SISPRIME DO BRASIL – COOPERATIVA DE CRÉDITO**, Av. Rio de Janeiro, nº 1758, Centro, Londrina/PR, venderá o bem abaixo em: **1º leilão, dia 29/10/26, das 10h às 14h e 2º leilão, dia 30/10/26, das 10h às 14h.** P/ cd. lance a partir dos 03 min. finais, serão acresc. 03 min. p/ o término. **Local:** **www.fabiobarbosaleiloes.com.br**. **Bem:** **Lote 01** - Área de terras c/ 204,22ha, Fazenda Monte Cristo, Gleba Pontal, Rosana/SP; CRI de Rosana/SP, nº 4915. **Avaliação:** R\$ 9.804.922,58. **Valor no 1º leilão:** R\$ 9.804.922,58 **Valor mín. 2º Leilão:** R\$ 4.902.461,29. **Pgto.:** À vista. Imóvel Ocupado. **Ônus:** **ExTitEx autos 1001349-57.2025.8.26.0515.** **Outros eventuais constantes na matrícula imobiliária.** **Emitente:** Fernando Hiroiti Kato **Devedores Fiduciante/Avalista e Cônjuge:** Milton Masayoshi Kato, Marta Emiko Sasaki Kato; Luiz Aparecido Ereno Spontoni e Idineia Aparecida Bigotto Ereno. Quem pretender arrematar, deverá ofertar lance p/ site supra, cadastrando-se até 24h antes do leilão. O comprador pagará no ato do leilão ao Leiloeiro, o valor arrematado, acresc. de 5% de comissão do Leiloeiro e assumirá os encargos decorrentes da aquisição/transmissão/averc. de eventuais benfs. que não estejam averbadas no CRI, bem como débitos de IPTU/ITBI/condomínio/água/luz e outros que recaiam sobre o bem, **a partir da arrematação.** Negativo o leilão, fica autoriz. venda direta p/ prazo de 30 dias nas mesmas condições do 2º leilão, p/ site supra. Inform.: Site supra e tel. (44) 99700-6030. Em, 05/10/26.

Fabio Gonçalves Barbosa – Leiloeiro Oficial

MECÂNICA | SUSPENSÃO | FREIOS

99912-9515 99831-5310

45 3224-0062

RUA PARANÁ, 1490 - CENTRO

instagram: @garciaautocenter_

VISA MasterCard

PARA TRAZER A INFORMAÇÃO PERTO DE VOCÊ

GazetadoParaná

o jornal feito para amanhã.

Twitter Facebook

(45) 2101-7022
(45) 98408-4148
CASCADEL

Ação SOLIDÁRIA

Nosso propósito é cuidar de vidas!
Adquira seu cupom.

Sorteio pela Extração da Loteria Federal de 30/01/27

Apoio: M.A. Máquinas **JOHN DEERE** **Realização:** HOSPITAL DO CÂNCER **UOPECCAN**

DOAÇÃO: R\$2.000,00
com 25 chances de ganhar!

Trator John Deere 5060E cabinado

QR Code

Doação de R\$300,00
com 4x chance de ganhar!

Juntos podemos salvar mais vidas!

Sorteio 12/12/2026 pela extração da Loteria Federal

Bicicleta Okm

Fusca 1300 ano 1976

Impressora 3D ST G4

TLMK Umuarama
(44) 2031-0743
(44) 99116-7662

TLMK Cascavel
(45) 2101-7022
(45) 98408-4148

DOAÇÃO: R\$2.000,00
com 25 chances de ganhar!

Ação SOLIDÁRIA

Nosso propósito é cuidar de vidas!
Adquira seu cupom e concorra a um Trator 5060E

Apoio: M.A. Máquinas **JOHN DEERE** **Realização:** HOSPITAL DO CÂNCER **UOPECCAN**

Sorteio pela Extração da Loteria Federal de 30/01/27

(45) 2101-7022
(45) 98408-4148
CASCADEL

QR Code

DOAÇÃO: R\$2.000,00
com 25 chances de ganhar!

Ação SOLIDÁRIA

Nosso propósito é cuidar de vidas!
Adquira seu cupom e concorra a um Trator 5060E

Apoio: M.A. Máquinas **JOHN DEERE** **Realização:** HOSPITAL DO CÂNCER **UOPECCAN**

Sorteio pela Extração da Loteria Federal de 30/01/27

(45) 2101-7022
(45) 98408-4148
CASCADEL

QR Code

LEIA TAMBÉM NA INTERNET

GazetadoParaná

gazetadoparana.com.br

Publicidade Legal

QR Code

Aquarela do Brasil RESIDENCIAL

- Pista de Caminhada;
- Lago Artificial - Salão de Festa;
- Muita Área Verde - Facil acesso;
- Próximo ao Trevo Cataratas;
- Portaria 24 horas;

(45) 2101-7900
(45) 99136-6312

NELSON PADOVANI & CIA.
Desenvolvimento Imobiliário

QR Code

HORÓSCOPO

Áries (21/03 - 20/04)
Amizades e projetos em grupo movimentarão o dia. Novas ideias surgirão em conversas com pessoas inovadoras, só deixe acordos financeiros bem claros. Na intimidade, ciúmes ou cobranças poderão vir à tona, aposte na sinceridade para fortalecer a relação. À noite, a vontade de se divertir falará mais alto. Filhos trarão alegria. Cheiro de paixão no ar!

Touro (21/04 a 20/05)
Assuntos profissionais pedirão decisões. Uma conversa com o par ou com um sócio exigirá tato, ouça mais e evite disputas de poder. Uma mudança na carreira poderá mexer com a relação, alinhe expectativas com quem está ao seu lado. Pegue leve em um assunto familiar e resolucione um velho conflito. Maturidade será a chave para manter a harmonia do ambiente.

Gêmeos (21/05 a 20/06)
A vontade de estudar e expandir conhecimentos vai disputar espaço com as obrigações do trabalho. Organize a agenda para dar conta das tarefas e ainda reservar tempo para um curso ou um bom livro. Com colegas, evite discussões sobre crenças e opiniões. As conversas ficarão animadas, cuidado apenas com promessas exageradas. Clima romântico no amor!

Câncer (21/06 a 22/07)
Emoções intensas marcarão o dia. Uma conversa profunda poderá revelar sentimentos guardados, abra o coração. Ciúmes e inseguranças perderão força com diálogo e carinho. Paciência será fundamental para evitar atritos com os filhos. Nas finanças, priorize o essencial e valorize o que já foi conquistado. Se estiver só, critérios de escolha serão mais exigentes.

Leão (23/07 a 22/08)
As parcerias pedirão equilíbrio entre os seus desejos e as necessidades do outro. Uma questão familiar poderá gerar opiniões diferentes, converse com calma e ouça todos. Decisões sobre a casa ganharão força quando tomadas a dois. Sua presença será marcante em reuniões e encontros, use o carisma para aproximar as pessoas certas. Reencontros à vista!

Virgem (23/08 a 22/09)
Ritmo acelerado de trabalho exigirá boa organização. Mensagens e e-mails pedirão atenção redobrada, releia tudo antes de responder e evite mal-entendidos. Mudanças na rotina profissional trarão maior eficiência. Um parente próximo contará com sua ajuda para resolver uma questão prática. Termine o dia com uma atividade relaxante e restaure as forças.

Libra (23/09 a 22/10)
Faça um balanço das despesas e defina novas metas financeiras. Cultive o amor próprio e deixe as inseguranças para trás. O dia trará brilho, autoconfiança e novas amizades. Evite gastos impulsivos com lazer, roupas e presentes. A criatividade fluirá, invista em uma ideia original. Equilibre a balança entre o prazer e o dever. Novo ciclo pela frente!

Escorpião (23/10 a 21/11)
Lembranças do passado ou de alguém da família serão carregadas de emoção. Uma conversa sincera ajudará a encerrar antigas mágoas e dar leveza à uma relação importante em sua vida. Vênus retrógrado em seu signo pedirá reflexões sobre a maneira de se expressar e de se relacionar. À noite, poderá chegar uma boa notícia profissional. Impulsione a carreira!

Sagitário (22/11 a 21/12)
Pense duas vezes antes de revelar um segredo ou um sentimento guardado. Uma história antiga poderá voltar à tona e pedir uma conversa franca. Escreva, organize ideias e anote os insights. Um mentor trará uma orientação importante. Amigos discretos serão ótimos confidentes. Uma viagem ou formação dará entusiasmo, avalie os custos com calma.

Capricórnio (22/12 a 20/01)
O dia será decisivo para organizar as finanças e cortar excessos. Evite emprestar dinheiro ou fechar negócios com amigos sem regras claras. Mudança na elaboração de contratos poderá trazer mais estabilidade, pense em maneiras criativas de aumentar os rendimentos. Investimentos a dois terão boas perspectivas de crescimento. Prosperidade pela frente!

Aquário (21/01 a 19/02)
Com Lua em seu signo, a vontade de fazer as coisas do seu jeito estará forte. No trabalho, escolha bem as palavras com superiores e evite confrontos desnecessários. Uma transformação pessoal ficará evidente para quem convive com você. À noite, o par ou um sócio trará boas notícias e planos ambiciosos. Casamento e parcerias em alta!

Peixes (20/02 a 20/03)
Dia de introspecção e de ouvir a intuição. Uma notícia de longe pedirá calma e reflexão antes de qualquer decisão. Inseguranças antigas se dissolverão quando você encarar de frente. O trabalho poderá exigir mais do que o esperado, organize prioridades e cuide do corpo. Treinar, dormir bem e evitar exageros restaurará as energias. Cuide da sua reputação.

Previsão do tempo p/Cascavel

O céu fala. A gente entende
www.climatempo.com.br

21
Qua

18°

23°

2.6mm

2.6mm

Sol com muitas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

Madrugada

Manhã

Tarde

Noite

Temperatura

18° 23°

Sensação térmica

17° 22°

Chuva

2.6mm
82% de chance

Umidade do ar

58% 86%

Vento

ENE - 13km/h

Rajada de vento

ENE - 44km/h

Sol

05:55h às 18:42h

Lua

Crescente

22
Qui

17°

21°

16.2mm

16.2mm

Sol com algumas nuvens. Chove rápido durante o dia e à noite.

Madrugada

Manhã

Tarde

Noite

Temperatura

17° 21°

Sensação térmica

16° 21°

Chuva

16.2mm
96% de chance

Umidade do ar

82% 89%

Vento

NE - 15km/h

Rajada de vento

NE - 44km/h

Sol

05:54h às 18:42h

Lua

Crescente

CRUZADAS

Movimento liderado por Lutero (Rel.)		Oferecem a uma ONG		Restritas		Formação geológica situada na área mais central do território brasileiro	
Autor do romance "Brida"		Condição das pessoas a quem é estendido o tapete vermelho		Hormônio produzido pelo pâncreas, atua no controle da glicose			
Jornais ou revistas							
Coletivo de camelos							
					(?) frio, reação associada ao medo intenso		Rio que banha regiões da Suíça
Frequência mínima na assembleia			Dificuldade do mal-humorado	Tentar com audácia			
					Talento poético		
					Bebida de maçã		
Significado do "C" na sigla Copom			Programa de Integração Social (sigla)				É chamado de display na câmera digital
Aqui							
Relidas em busca de erros		Galáxia onde se situa o Sistema Solar		Congênito			
				Gelida			
							Dissidentes de uma religião
			Base subterrânea de mísseis nucleares			Unicamente	
						Reveste a parede com uma camada de massa ou cimento	
Existe		Jardim, em inglês					
Forma da estrada sinuosa		Moeda na qual é cotada a soja no mercado internacional					
					Imagens pagas		
					(?) Bana, ator australiano		
Antônio Calmon, autor de telenovelas		Olívio Dutra, político gaúcho			Bolsa, em inglês	Vermelho, em inglês	
Arco, em francês							
Antigo sinal exclusivo da letra "U"		Trabalho árduo e prolongado					Registro escrito de uma assembleia
				"Cigarro (?) no Braço", do Barão Vermelho			
Pente de arma de fogo							

Opinião

CASCABEL
Rua Fortunato Bebber, 868
Pacaembú
85816-300 – (45)3218-2500
CURITIBA
Rua Capitão Virginio de Oliveira, 108
Mercês
85851-110 – (41)3338-9191

Gazeta do Paraná

UM GRANDE JORNAL TODOS OS DIAS

DIRETOR DE JORNALISMO
Marcos Formighieri

E-MAILS
editor@gazetaparana.com.br
publico@gazetaparana.com.br
esporte@gazetaparana.com.br
comercial@gazetaparana.com.br

Editora Okavango LTDA
CNPJ 39.583.156/0001-88

FALE CONOSCO
Classificados - (45) 3218-2500
Assinaturas - (45)3218-2500

* Colunas assinadas e artigos de opinião não refletem, necessariamente, a opinião da Gazeta do Paraná

E-MAILS
editor@gazetaparana.com.br
publico@gazetaparana.com.br
esporte@gazetaparana.com.br
comercial@gazetaparana.com.br

Editorial

A conta dos cartórios não pode cair no colo do cidadão

● A revisão das taxas cobradas pelos cartórios do Paraná exige mais do que uma análise técnica de tabelas e procedimentos. Trata-se de uma decisão com consequências diretas para cidadãos, empresas e setores produtivos que dependem dos serviços extrajudiciais para formalizar negócios, registrar imóveis e garantir segurança jurídica. Qualquer alteração nessa estrutura precisa obedecer a um princípio elementar: o custo da prestação do serviço deve ser proporcional, transparente e justificável.

O projeto em discussão na Assembleia Legislativa já provocou reação de entidades empresariais. Segundo estimativas divulgadas pelo Sescap-PR, com base em levantamento do Secovi-PR, a averbação de uma construção poderia passar de R\$ 22 para R\$ 1.100, um aumento de 4.900%. Embora esses valores representem projeções das entidades, e não cobranças efetivamente aprovadas, a dimensão da diferença é suficiente para exigir explicações detalhadas antes de qualquer deliberação.

Não se trata de negar a necessidade de atualização dos emolumentos. Os serviços cartórios desempenham funções essenciais, exigem estrutura, profissionais qualificados, investimentos tecnológicos e mecanismos de fiscalização. A remuneração adequada dessas atividades é legítima. O problema começa quando a revisão de custos ameaça

transformar procedimentos obrigatórios em despesas excessivas para quem não tem alternativa a não ser recorrer a eles.

Há uma diferença fundamental entre pagar por um serviço e suportar uma cobrança cuja composição não é compreensível. Ao contrário de outras atividades econômicas, o cidadão não pode simplesmente dispensar determinados atos registraiis ou escolher livremente um fornecedor mais barato. A obrigatoriedade desses procedimentos aumenta a responsabilidade do poder público na definição de valores razoáveis.

Por isso, a Assembleia Legislativa não deve tratar a proposta como mera atualização administrativa. É necessário demonstrar como cada valor foi calculado, quais despesas justificam os reajustes, quem será mais afetado e se existem mecanismos capazes de evitar aumentos desproporcionais. A participação das entidades representativas, dos consumidores e dos setores produtivos deve integrar esse processo, não ser reduzida a uma formalidade.

O pedido de vista apresentado pelo deputado Luiz Fernando Guerra na Comissão de Finanças oferece uma oportunidade para aprofundar essa discussão. A suspensão momentânea da tramitação não deve servir apenas para adiar a votação, mas para produzir respostas concretas. Se as projeções divulgadas pelas entidades estiverem incorretas,

cabe esclarecer os números. Se estiverem próximas dos efeitos reais da proposta, será indispensável rever os critérios.

Também é preciso considerar os reflexos indiretos dos reajustes. Custos cartorários mais elevados podem encarecer a regularização imobiliária, dificultar a formalização de empreendimentos e ampliar despesas que acabam incorporadas ao preço final de bens e serviços. O impacto, portanto, não se limita a quem comparece ao balcão de um cartório. Pode alcançar toda a cadeia econômica.

O Tribunal de Justiça, responsável pela proposta, tem condições de apresentar os fundamentos técnicos necessários para um debate qualificado. À Assembleia cabe exercer sua função de análise e controle, sem transformar a votação em simples chancela de uma tabela encaminhada por outro Poder.

O Paraná precisa de serviços extrajudiciais eficientes, modernos e financeiramente sustentáveis. Mas eficiência não pode ser confundida com transferência irrestrita de custos à população. Antes de aprovar qualquer reajuste, o Legislativo deve assegurar que os valores sejam necessários, proporcionais e compatíveis com a realidade econômica de quem terá de pagá-los.

A segurança jurídica é um direito do cidadão. Não pode se tornar um privilégio de quem consegue arcar com a conta.

Política & CIA

Cartórios na calculadora

A proposta que altera as taxas dos cartórios continua sem data para nova votação na Comissão de Finanças da Assembleia, após pedido de vista de Luiz Fernando Guerra (Novo). Enquanto isso, entidades empresariais reforçam a pressão. O Sescap-PR divulgou estimativas do Secovi-PR segundo as quais a averbação de uma construção poderia passar de R\$ 22 para R\$ 1.100, alta de 4.900%. São projeções das entidades, não valores já aprovados. O Tribunal de Justiça terá de enfrentar a discussão sobre quem pagará a conta.

R\$ 68 milhões sob vigilância

O Teatro de Iratí entrou na pauta da transição estadual. Goura pediu que a próxima gestão não interrompa a reestruturação do espaço. Hussein Bakri respondeu que os R\$ 68 milhões estão viabilizados, com convênio assinado e autorização para licitar nos próximos dias. O líder governista convidou o colega a fiscalizar a obra e foi categórico: “Você só assina convênio quando o dinheiro está garantido”. A garantia foi dada; agora resta acompanhar a execução.

Pente-fino nos convênios

Bakri também procurou tranquilizar prefeitos preocupados com contratos e convênios estaduais. Segundo o líder do governo, o Executivo não está promovendo cancelamentos generalizados, mas exigindo informações das prefeituras. Há municípios sem certidões e outros sem projetos concluídos, afirmou. A revisão ocorre na reta final da administração Ratinho Junior. Para quem aguarda recursos, a diferença entre pedir esclarecimentos e suspender uma obra pode ser grande.

Conversa de bancada

Antes de discursar, Hussein Bakri participou de uma reunião no gabinete da Primeira Secretária da Assembleia. Disse que os integrantes da bancada discutiram assuntos do Paraná e avançaram em questões importantes, sem detalhar as decisões. Em meio às negociações que antecedem a posse do próximo governador, a discrição sobre o conteúdo do encontro chamou mais atenção do que o anúncio da reunião.

Quatro mortes, uma cobrança

Gilson de Souza cobrou urgência na votação de regras para instalação e manutenção de traves esportivas. Citou quatro mortes de crianças em acidentes no Paraná e lembrou que seu projeto aguardava andamento desde setembro. A presidência informou que a proposta já está prevista para a próxima segunda-feira. Professor Lemos pediu para se somar aos autores. Depois das tragédias, a pressão é para que a segurança das quadras deixe de depender apenas de recomendações.

O microfone funcionou

Um dia depois de reclamar que os microfones da Assembleia apresentavam problemas havia mais de duas semanas, Professor Lemos registrou a solução. Observou que Goura já havia falado sem dificuldades e agradeceu o concerto. A reclamação de segunda-feira teve desfecho rápido. Nem toda cobrança feita na tribuna pode dizer o mesmo.

Disputa pelas emendas

Mais de 140 entidades se inscreveram para apresentar demandas à Câmara de

Curitiba, de olho nas emendas parlamentares do orçamento de 2027. O interesse foi tamanho que a Casa decidiu realizar mais dois dias de audiência pública, em vez de selecionar participantes por sorteio. O movimento expõe a concorrência por recursos municipais e a importância que as organizações atribuem à intermediação dos vereadores.

Acolhimento no vermelho

A Fundação Iniciativa, que acolhe 70 crianças e adolescentes em Curitiba, apresentou aos vereadores uma conta difícil: déficit anual de R\$ 975 mil. A representante da entidade afirmou que, apesar da recomposição orçamentária, ainda precisa captar recursos por emendas e outras fontes. O acolhimento funciona 24 horas por dia. O recado aos parlamentares foi direto: crianças que chegam em situação de vulnerabilidade não podem esperar pela próxima campanha de arrecadação.

Fila maior que o atendimento

O Instituto de Recuperação Pedagógica e Ensino Especial relatou à Câmara de Curitiba que atende atualmente 80 crianças com deficiência, mas mantém outras 85 na fila de espera. A entidade oferece escolarização e atendimentos especializados gratuitos e busca emendas para ampliar a estrutura. A demanda reprimida é maior que o número de crianças já assistidas, um dado que deveria pesar na discussão sobre a distribuição dos recursos públicos.

Emendas com lupa

A Câmara de Curitiba prevê R\$ 72 milhões em emendas parlamentares para 2027, mas o vereador Serginho do Posto reconheceu que os recursos não são impositivos: a execução dependerá das condições orçamentárias da Prefeitura. Desse total, R\$ 68,4 milhões correspondem às cotas individuais dos vereadores e R\$ 3,6 milhões ficam com a Comissão de Economia e Finanças. O Legislativo também discute medidas de rastreabilidade, em articulação com o Tribunal de Contas.

Incentivo à suinocultura

A Assembleia Legislativa aprovou a prorrogação do benefício fiscal para a comercialização interestadual de suínos vivos. A medida reduz em 50% a base de cálculo do ICMS nas operações contempladas e mantém o incentivo até dezembro de 2026. O projeto recebeu 38 votos favoráveis, com apoio do governo e da oposição. A iniciativa busca preservar a competitividade dos produtores paranaenses no mercado nacional, especialmente diante da concorrência de outros estados que também adotam condições tributárias favorecidas.

A lei não pode recriar a incerteza

Ana Rita
R. PETRAROLI
BARRETTO

**Advogada especializada em Direito dos Seguros e Saúde Suplementar, sócia da Petraroli Advogados e presidente da AIDA Brasil. Atua também em entidades jurídicas e acadêmicas do setor, com foco em regulação, contencioso estratégico, mutualidade, governança e impactos da nova legislação securitária*

Osseguro organiza economicamente a incerteza. A possibilidade de uma perda, seu momento e suas consequências permitem calcular uma prestação antecipada para financiar obrigações futuras. Quando o sinistro já ocorreu, essa realidade se modifica: o acontecimento conhecido não pode voltar a ser tratado como possibilidade apenas porque a lei autoriza cobrar uma diferença de prêmio.

Essa distinção deve ocupar o centro da discussão sobre a inconstitucionalidade do art. 17 da lei 15.040/24. Ao estabelecer que, nos seguros sobre a vida e a integridade física, mesmo diante de relevante agravamento do risco, a seguradora somente poderá cobrar a diferença de prêmio, o dispositivo trata a recomposição do preço como resposta suficiente para situações em que ela pode não recompor a operação.

O problema não é a possibilidade de realizar um cálculo depois do acontecimento. É atribuir a esse cálculo a capacidade de substituir, em qualquer circunstância, a avaliação e o financiamento anteriores da exposição.

A precificação securitária é prospectiva. Parte de informações disponíveis, hipóteses e probabilidades para estimar compromissos futuros. Nos seguros de vida, a certeza da mortalidade humana não elimina a aleatoriedade: permanece incerto o momento da morte e, conforme a modalidade, se ela ocorrerá durante o período de cobertura. O tempo de sobrevivência influencia o pagamento dos benefícios, o recebimento de prêmios e o valor financeiro dos compromissos.

A orientação do Actuarial Standards Board para a precificação de seguros de vida e anuidades considerada a experiência futura esperada e o custo do risco. Essa referência técnica estrangeira evidencia a natureza prospectiva da operação, sem constituir norma aplicável ao contrato brasileiro.

Depois de conhecida a morte, desaparece a incerteza sobre a ocorrência e o momento daquele evento. Podem subsistir contravérsias sobre cobertura, documentação ou obrigação de pagamento, mas são questões diferentes da

probabilidade de o falecimento acontecer. A lei não pode devolver ao acontecimento consumado sua condição anterior de risco.

Há, então, duas operações que precisam ser separadas. A primeira consiste em reconstruir, com base nas circunstâncias anteriores ao sinistro, qual prêmio teria sido adequado à exposição agravada. Esse cálculo pode ser tecnicamente possível. A segunda consiste em determinar o custo de assumir, naquele momento posterior, um pagamento cuja ocorrência já é conhecida. Essa última operação não corresponde à precificação original de uma perda incerta.

Confundir as duas permite que uma cobrança retrospectiva seja apresentada como se restaurasse integralmente uma relação que deveria ter sido organizada antes da materialização do risco.

Um exemplo hipotético evidencia a diferença. Considere-se uma garantia de R\$ 1 milhão. Antes do evento, em um modelo simplificado, o custo esperado do benefício depende da probabilidade de pagamento e do capital garantido, além dos efeitos financeiros e dos demais componentes da operação. Depois de conhecido um sinistro coberto, com obrigação líquida e imediatamente exigível de R\$ 1 milhão, o custo daquele benefício deixa de ser apenas uma fração probabilística do capital: passa a ser o próprio pagamento devido.

Isso não significa que a diferença de prêmio legalmente cobrável deva equivaler ao capital segurado. Significa que precificar uma exposição incerta e financiar uma obrigação certa são operações distintas.

Se a diferença for calculada segundo a probabilidade anterior ao sinistro, ela poderá representar o preço retrospectivo da exposição agravada, mas não necessariamente financiará a obrigação individual já materializada. Se o cálculo utilizar o conhecimento posterior de que o pagamento ocorrerá, sua base deixará de ser aquela probabilidade anterior e se aproximará do valor do compromisso conhecido, consideradas as condições financeiras pertinentes.

Nesse segundo caminho, a suposta solução tende a perder utilidade protetiva: exigir do segurado ou de seus beneficiários quantia próxima da prestação que receberão aproxima a operação de um autofinanciamento da perda.

O art. 17 não determina expressamente que esse cálculo seja feito após o sinistro. Sua insuficiência aparece, contudo, quando o agravamento somente é descoberto nesse momento e a diferença de prêmio é apresentada como resposta exclusiva e necessariamente adequada.

A objeção também precisa enfrentar um ponto essencial: o seguro não exige que cada prêmio individual pague o respectivo si-

nistro. A distribuição dos custos entre muitas exposições é justamente parte de sua função. O argumento constitucional, portanto, não pode ser a simples diferença entre o prêmio recebido de uma pessoa e o benefício pago.

O problema está em impor a absorção de exposições agravadas sem assegurar que tenham sido adequadamente consideradas no conjunto da operação e sem admitir resposta proporcional quando o agravamento deliberado compromete as condições de sua aceitação.

Uma cobrança posterior pode recuperar receita. Não demonstra, por si só, que foram recompostos os efeitos sobre seleção dos riscos, financiamento, capital, resseguro e organização da carteira. A extensão desses efeitos exige prova atuarial e contratual; não pode ser presumida nem favoravelmente à seguradora nem em favor da suficiência automática da diferença de prêmio.

A crítica internacional ao risco moral reforça essa análise. Steven Shavell demonstra que a proteção securitária pode alterar os incentivos à prevenção, com repercussões sobre os custos da cobertura. Mark V. Pauly esclarece que esse fenômeno não depende necessariamente de desonestidade: decorre também da mudança dos custos percebidos pelo indivíduo quando protegido pelo seguro. São fundamentos econômicos para examinar a disciplina das condutas durante a execução contratual, não conclusões desses autores sobre a lei brasileira.

Quando a consequência contratual do agravamento é reduzida a uma cobrança eventualmente realizada após o evento, a legislação precisa enfrentar os incentivos criados por essa escolha. A proteção não pode pressupor que arrecadar posteriormente uma diferença produza os mesmos efeitos de avaliar, aceitar e financiar previamente a exposição. É nesse ponto que a insuficiência técnica se converte em argumento constitucional.

A livre iniciativa, protegida pelos arts. 1º, IV, e 170 da Constituição, convive com a defesa do consumidor e com a competência estatal de regulação. A tese de inconstitucionalidade aqui defendida não decorre de uma liberdade empresarial absoluta. Decorre do excesso de uma intervenção que pode impor a continuidade da garantia mediante compensação incapaz de preservar suas condições de organização.

A finalidade de proteger a continuidade dos seguros pessoais é legítima. A restrição torna-se desproporcional quando transforma a diferença de prêmio em resposta exclusiva, sem distinguir situações nas quais ela é adequada daquelas em que apenas atribui um valor retrospectivo a uma exposição que

não poderia ter sido absorvida naquelas condições.

A proteção coletiva dos consumidores também exige consideração. A seguradora responde por suas obrigações e por sua gestão, mas os custos dos riscos participam da formação econômica da carteira. Uma imposição que comprometa essa organização pode repercutir sobre preços, condições e disponibilidade dos produtos. Esses efeitos precisam ser demonstrados, porém não podem ser excluídos da ponderação constitucional.

O direito alemão oferece uma referência de disciplina mais delimitada. O § 158 da Versicherungsvertragsgesetz, relativo ao seguro de vida, reconhece o agravamento mediante condições expressamente convencionadas e estabelece limites temporais à sua invocação. A comparação demonstra que a continuidade da proteção pode coexistir com mecanismos juridicamente controlados de tratamento do agravamento.

Essa construção não equipara envelhecimento, adoecimento e comportamento deliberadamente agravador. Tampouco confunde conduta perigosa, intenção de agravar o risco e provocação dolosa do sinistro. A perda da garantia exige pressupostos próprios, prova e controle judicial. A declaração de inconstitucionalidade defendida não autorizaria negativas indiscriminadas.

A conclusão é que o art. 17 deve ser declarado inconstitucional por impor, de maneira excessivamente ampla, uma solução financeira cuja aptidão para preservar a garantia não está assegurada. Subsidiariamente, deve ser afastada sua incidência nas hipóteses qualificadas em que a cobrança adicional seja demonstradamente incapaz de responder ao agravamento de liberado, relevante e causalmente relacionado ao sinistro.

A demonstração atuarial será decisiva para sustentar esse pedido. A mutualidade não substitui o fundamento constitucional; revela os efeitos concretos da norma sobre a atividade econômica e sobre a proteção dos consumidores.

O vício está em tratar a cobrança de um valor como equivalente necessário à recomposição de uma operação baseada na incerteza. Um prêmio pode ser reconstruído retrospectivamente. A incerteza desaparecida não.

O art. 17 deve cair porque a lei pode disciplinar a distribuição dos riscos, mas não pode tornar tecnicamente suficiente, por determinação abstrata, uma compensação que talvez não preserve as condições da garantia. Depois do sinistro, apura-se uma obrigação. A simples cobrança de uma diferença não transforma novamente o acontecimento conhecido em risco futuro.

Cidinha Marcon



Nos siga nas redes sociais
f @gazetaparana i @gazetadoparana



A EXOTÉRICA
Idene Guedes com suas princesas, as netas- Maria Clara e Leticia. Foto: arquivo pessoal



GIUSTINA GENARI
arquivo pessoal



CAMILA e BRUNO SAMPAIO, cascavelenses que moram em Balneário Camboriú (SC). Foto: arquivo pessoal

●**Sabedoria**
Estou compartilhando uma mensagem do Oráculo Eubiose®: “Tens razão, dizendo que é muito difícil dominar a mente, porque esta é instável e muito sujeita ao domínio dos vritis - hábitos. Porém, quem fortaleceu a sua Vontade através de meditações, disciplinas, iogas, mantras, etc., pode ser senhor de seu coração, de sua mente.” Aproveite e baixe o aplicativo Oráculo Eubiose® e saiba mais sobre a Sociedade Brasileira de Eubiose:
Android: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.org.eubiose.app.oraculoeubiose>
Iphone: <https://apps.apple.com/us/app/or%C3%AAlculo-eubiose/id6451279705>

●**Ouvido de passagem**
Quem inventou a expressão ‘os homens são todos iguais’, foi uma japonesa que perdeu o marido numa multidão...

Charles Garbin



pada
@padariagarbin

Nos siga nas redes sociais
f @gazetaparana i @gazetadoparana

Vestibular

Viver a profissão faz a diferença.

2027

Prova no dia 17 de outubro

EU FAG

Medicina FAG

Saudade Não Tem Idade

Avenida Brasil em Cascavel na década de 1980

A FOTOGRAFIA pertence ao acervo do Museu da Imagem e do Som (MIS) de Cascavel e mostra toda a extensão da avenida Brasil, uma das principais vias da cidade. O registro é de algum momento da década de 1980.

Em destaque, é possível verificar o famoso canteiro central da avenida, que fez com que ela fosse considerada uma das mais belas do país naquele período.

A avenida Brasil foi o primeiro trecho urbano de Cascavel a receber pavimentação, com os trabalhos iniciados ainda na década de 1960, na gestão do ex-prefeito Odilon Reinhardt. O trabalho, finalizado alguns anos mais tarde, foi bastante comemorado pela população local.



Museu da Imagem e do Som (MIS) / Acervo Cascavel Histórica

Construção da Vila Nossa Senhora da Luz em Curitiba – Década de 1960

Com o crescimento populacional intenso na capital paranaense ao longo das décadas de 1950 e 1960, diversas ocupações irregulares surgiram em Curitiba, principalmente nos arredores do rio Belém, Santa Quitéria e Ahú.

No intuito de resolver essa situação, em 1965 a prefeitura anunciou a construção da Vila Nossa Senhora da Luz, na Cidade Industrial de Curitiba – o primeiro conjunto habitacional da cidade estruturado pela “Operação Desfavelamento Cohab-CT”.

De início, foram erguidas 2150 casas na região, financiadas com prestação a baixo custo para a população curitibana em situação de vulnerabilidade social.

Sua inauguração oficial foi em novembro de 1966, com pode ser vista na terceira fotografia desta postagem. Nesta cerimônia estavam presentes o prefeito Ivo Arzua, o governador Paulo Pimentel, o presidente General Castelo Branco e uma comitiva de militares.



Acervo Curitiba Histórica / Postagem de Paulinho Lima no Grupo Curitiba de Outros Tempos / Site Câmara de Curitiba

Entrada do Cine Império em Ponta Grossa – Década de 1970

Em cartaz, ‘O incrível Hulk’, seriado da CBS lançado em 1977, nos Estados Unidos, e que foi muito popular no Brasil. O registro mostra a entrada do Cine Império, em algum momento daquela época. Inaugurado em 1939, na praça Barão do Rio Branco, o Cine Império foi o cinema mais popular de Ponta Grossa, funcionando por mais de 50 anos de forma ininterrupta, tendo encerrado suas atividades em 1992.



Nuntiare – UEPG / Foto – Acervo de Foto Elite / Acervo Ponta Grossa Histórica

Panificadora Triunfante - Guarapuava

Em 1968, Guarapuava, uma cidade repleta de histórias e tradições, registrou um momento marcante que ficou eternizado em uma fotografia do acervo de João Müller, publicada na página Guarapuava Histórica.

Na imagem, vemos Juarez Karpinski, Aramis e Pedro Andrade em frente à icônica Panificadora Triunfante. Este estabelecimento, conhecido por sua excelência na produção de pães e outros produtos de panificação, era um ponto de encontro e referência para os moradores da cidade.



Guarapuava Histórica